



Laicidade, Direitos Humanos e Cotidiano Escolar

Secularism, Human Rights and Everyday Life at School

José Antonio Sepulveda

Juliana Padilha de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

O texto discute a importância da laicidade do Estado na educação pública brasileira, destacando a necessidade de garantir pluralidade e respeito às diversas manifestações religiosas. Práticas religiosas naturalizadas nas escolas podem excluir minorias e comprometer a diversidade. O conservadorismo religioso, aliado ao neoliberalismo, reforça desigualdades e ameaça a justiça social ao instrumentalizar a educação com valores tradicionais. Autores como Wendy Brown e Michael Apple mostram como esses movimentos despolitizam debates e reduzem questões sociais a problemas econômicos. A interseccionalidade é apontada como ferramenta fundamental para revelar opressões no contexto escolar. Conclui-se que a escola deve promover os direitos humanos e resistir às pressões conservadoras e neoliberais.

Palavras-chave: Conservadorismo religioso, Laicidade, Educação, Neoliberalismo

Abstract

The text discusses the importance of state secularism in Brazilian public education, highlighting the need to ensure plurality and respect for diverse religious expressions. Naturalized religious practices in schools can exclude minorities and undermine diversity. Religious conservatism, when aligned with neoliberalism, reinforces inequalities and threatens social justice by using education to promote traditional values. Authors such as Wendy Brown and Michael Apple show how these movements depoliticize debates and reduce social issues to economic problems. Intersectionality is identified as a fundamental tool to expose oppression within the school context. The text concludes that schools must promote human rights and resist conservative and neoliberal pressures.

Keywords: Religious conservatism, Secularism, Education, Neoliberalism

Introdução

O objetivo deste artigo é debater a possibilidade de um trabalho crítico na escola tendo como temática a laicidade e os direitos humanos como referência de trabalho em defesa da pluralidade e da democracia nas escolas, como forma de estimular o respeito e diminuir as animosidades entre os estudantes.

O crescimento do conservadorismo religioso expresso nos embates políticos contemporâneos e na sociedade como um todo, refletem-se em um quantitativo grande de trabalhos que apontam para esse problema. Lima, Soares Silva *et al.* (2022) em livro organizado sob o título de “Neoconservadorismo, ataque aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao Serviço Social” fazem uma relação direta entre o crescimento do conservadorismo religioso e os ataques aos direitos humanos. Da mesma forma, teses como as de Brito Jr (2024), Carmo (2023) e Henriques (2021) apontam para a presença desse conservadorismo na política e no campo da educação. Todos esses trabalhos reforçam a tese apresentada pelas pesquisas do Instituto de Estudos das Religiões (ISER) sobre Religião e Voto, que acompanhou os processos eleitorais e as formações de bancadas religiosas nas últimas duas décadas. Citamos, em especial, o trabalho de Reis, Cunha, Magali, Pestana e Abreu (2022), chamado “Religião e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020”. Tal trabalho pretendeu agregar dados para o debate mais qualificado sobre o tema. Entre setembro de 2020 e dezembro de 2021, foram produzidos dados quantitativos e qualitativos que permitiu entender as diversas formas pelas quais candidatos ao Legislativo mobilizaram sua identidade religiosa nas campanhas para as eleições municipais de 2020. A pesquisa buscou representar todas as regiões brasileiras com foco em oito capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia.

Vale ressaltar também que a reflexão sobre a presença religiosa na escola também tem sido objeto de investigação desde a década de 1990, com mais intensidade a partir do século XXI (Cury, 2004; Cunha, 2006; Fishmann, 2008) e tem sido fundamental para se pensar alternativas no campo dos cotidianos de enfrentamento a práticas racistas, misóginas e LGBTQIAPN+fóbicas.

Dessa forma, propomos uma reflexão a partir das experiências de uma das autoras deste no texto em sala de aula, enfrentando o debate sobre laicidade e direitos humanos. Tal reflexão se fez a partir das falas das crianças em atividades produzidas sobre a temática dos

direitos humanos e da laicidade. É importante ressaltar que os alunos foram identificados no texto com nomes fictícios para preservar a identidade dos jovens.

Refletindo Laicidade e Direitos Humanos

A laicidade do Estado, assegurada em diversas constituições, incluindo a brasileira, é essencial para que o espaço escolar seja plural e democrático. Entretanto, o Estado laico não é sinônimo de um Estado neutro, que não dialoga e que desconsidera as manifestações religiosas. Pelo contrário, é a laicidade do Estado que garante a pluralidade e o respeito a todas as manifestações religiosas ou não, possibilitando que o cotidiano escolar seja um espaço de fomentação e criação dos conhecimentos e das ciências sociais e humanas, que impede privilégios ou imposições religiosas em instituições públicas.

No entanto, os cotidianos escolares muitas vezes revelam as tensões entre os currículos pedagógicos e projetos políticos educacionais que promovem a laicidade e práticas que reproduzem valores religiosos majoritários, seja na escolha de símbolos expostos em espaços escolares, seja na organização de celebrações com cunho religioso ou na postura e condução de decisões de professoras e funcionários. Tais práticas, muitas vezes naturalizadas, desafiam a laicidade e excluem alunos e comunidades de diferentes tradições ou crenças, em um movimento que fragiliza a diversidade e reforça barreiras culturais.

A discussão sobre a laicidade do Estado e relação que esta concepção de laicidade estabelece com a educação pública é complexa. Há de se considerar diversos documentos para pensarmos a laicidade, não só a constituição brasileira. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, estabelece princípios fundamentais de igualdade, liberdade e dignidade humana. Nos cotidianos escolares, esses princípios ressoam diretamente nas discussões sobre o direito à educação de qualidade, livre de discriminações e interferências que limitam o pluralismo.

A escola, enquanto espaço de formação cidadã, deve garantir que os direitos humanos sejam vivenciados cotidianamente, criando um ambiente inclusivo e respeitoso. Contudo, essas garantias enfrentam desafios significativos quando postas em diálogo com questões como a laicidade do Estado e os movimentos conservadores, que ganham força em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, onde muitas vezes tencionam as discussões sobre direitos humanos e laicidade ao defenderem um retorno aos valores tradicionais e a moral religiosa cristã. Vale ressaltar que o conservadorismo representa uma noção histórica, ou seja, originada a partir de processos cujos desdobramentos variam ao longo do tempo.

Consideramos o conservadorismo como algo constituído a partir de uma cultura conservadora, fruto da repetição consistente de justificativas utilizadas em situações semelhantes por diferentes atores históricos. Assim, não se pode pensar no conservadorismo como uma categoria imutável, seja do ponto de vista sociológico ou antropológico. Em outras palavras, a trajetória histórica é caracterizada por conflitos, sobretudo pelo que se convencionou chamar de luta de classes. Na disputa pelo poder que ocorre no âmbito cultural, o conservadorismo desempenha um papel fundamental na formação dos interesses de classe e na própria construção da consciência de classe. Nesse contexto, não estão em jogo apenas as condições materiais de existência, mas também as condições simbólicas, constituídas por uma diversidade de argumentações de naturezas variadas (Sepulveda; Sepulveda, 2019)

No contexto escolar, esses movimentos se opõem a abordagens pedagógicas que abordam a diversidade de gêneros, sexualidades, raças, argumentando que tais temas ameaçam a moralidade e os direitos da família nuclear e patriarcal sobre a educação dos filhos. Essa visão de mundo conservadora, além de restringir a promoção de um currículo inclusivo, desafia os princípios universais de dignidade e liberdade ao marginalizar grupos minorizados (Santos, 2020). Em um ambiente escolar, que deveria ser pautado pelos direitos humanos e pela laicidade, o avanço de perspectivas conservadoras reforça dinâmicas de exclusão, ao mesmo tempo em que limita o papel emancipador da educação.

Portanto, pensar sobre essas experiências individuais presentes no cotidiano, que por vezes ficam invisíveis, faz da Interseccionalidade uma ferramenta analítica que possibilita evidenciar as injustiças sociais que são fomentadas pelos conservadorismos nos cotidianos escolares, tornando a escola um espaço de violência, criação e propagação de estruturas de poder machistas, através dos discursos religiosos e conservadores. Mas não é fácil usar a Interseccionalidade como ferramenta analítica.

Como visa a entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas. Em vez de proclamar que a complexidade é importante, nossa intenção é demonstrar por uma seleção de casos essa natureza multifacetada da interseccionalidade. Cada um desses casos é uma versão altamente abreviada de um argumento interseccional bem mais complexo. [...] Interseções de raça e gênero podem apontar para a necessidade de uma análise de classes ou interseções de nação e sexualidades podem indicar a necessidade de outras categorias de análise. Tal complexidade não facilita a vida de ninguém, ela complica o trabalho e pode ser uma fonte de frustração para acadêmicos, profissionais e ativistas de ambos os sexos. No entanto, a complexidade não é consequência do uso

da interseccionalidade como ferramenta analítica, mas algo que aprofunda a análise interseccional. [...] O que faz com que um projeto seja interseccional crítico é a sua conexão com a justiça social (Collins; Bilge, 2021, p. 48).

É necessária a discussão sobre os enfrentamentos que a laicidade e direitos humanos sofrem nos cotidianos escolares, porque a educação pública, que preza pela formação integral, plural e respeitosa é uma educação que deve estar conectada à justiça social, ou seja, assim como é reconhecido por Collins: a religião é um marcador importante para a interseccionalidade. Portanto, este modelo de educação para a liberdade, precisa comprometer-se com o enfrentamento as práticas antidemocráticas e conservadoras, em especial, o conservadorismo religioso.

Wendy Brown, uma renomada teórica da política contemporânea, realiza uma análise crítica das interações entre neoliberalismo, democracia e conservadorismo. Por meio de suas interpretações, ela nos oferece uma perspectiva profunda sobre como esses conceitos se conectam e moldam as sociedades modernas.

Brown (2019) demonstra como o neoliberalismo, ao incorporar elementos conservadores, como a valorização da ordem, da autoridade e das normas tradicionais, sustenta uma agenda econômica que desmantela políticas de bem-estar social e aprofunda as desigualdades. Ela nos convida a uma reflexão sobre como os movimentos conservadores frequentemente emergem como reações ao progresso social e às transformações culturais, utilizando discursos de moralidade, família tradicional e identidade nacional para resistir às mudanças percebidas como ameaças à ordem social dominante.

A economização da vida política pelo neoliberalismo produz um efeito contraditório: incita expressões ferozes de conservadorismo político e social ao mesmo tempo que avança as lógicas de mercado e moral que desmantelam formas sociais e políticas tradicionais (Brown, 2019, p. 9).

Para Wendy Brown (2019), o neoliberalismo não apenas modifica profundamente as sociedades e economias, mas também cria condições para o ressurgimento de políticas antidemocráticas e conservadoras, ao redefinir todas as esferas da vida social em termos de mercado. Nesse processo, questões sociais e políticas são reduzidas a problemas de natureza econômica e de gestão técnica, o que enfraquece o debate democrático e social. Essa transformação resulta em um esvaziamento das arenas de deliberação pública, minando a participação cidadã e a capacidade coletiva de disputar projetos de sociedade.

Ao despolitizar os aspectos da vida social e política, o neoliberalismo abre espaço para formas de governança autoritárias e conservadoras, que frequentemente se baseiam em discursos de ordem, segurança e moralidade tradicional para justificar a supressão de direitos e a centralização do poder. Essa lógica de mercado, ao colocar o lucro acima do bem-estar, também perpetua desigualdades estruturais, tornando direitos humanos, como saúde, educação, moradia e trabalho digno, cada vez mais inacessíveis para as populações vulnerabilizadas.

Esse entrelaçamento entre neoliberalismo e conservadorismo ameaça os fundamentos dos direitos humanos, que se baseiam em princípios de igualdade, dignidade e justiça social. Políticas neoliberais desmantelam sistemas de proteção social, comprometem o acesso universal a serviços básicos e enfraquecem as instituições democráticas que deveriam garantir tais direitos. Ao mesmo tempo, o avanço de discursos conservadores reforça exclusões e discriminações, limitando ainda mais as possibilidades de construção de sociedades justas e equitativas. Assim, a análise de Brown nos desafia a reconhecer e combater essas dinâmicas para rearticular a centralidade dos direitos humanos em um mundo cada vez mais mercantilizado.

O neoliberalismo tem sido um dos principais arquitetos de nossa situação antidemocrática, mas não é a única força em ação. Forças conservadoras, muitas vezes aproveitando as rupturas e desigualdades produzidas pelo neoliberalismo, contribuem com suas próprias lógicas antidemocráticas (Brown, 2019, p. 25).

Nas últimas décadas, o conservadorismo brasileiro foi marcado pelo surgimento de uma "nova direita", que combina neoliberalismo econômico com conservadorismo religioso, moral e cultural. Essa nova configuração política se destaca pela habilidade de mobilizar diferentes segmentos sociais em torno de uma agenda que alia a defesa do liberalismo econômico à manutenção de valores tradicionais nos costumes. Seu objetivo central é frear e reverter as conquistas progressistas alcançadas nas décadas que se seguiram à redemocratização do Brasil, desafiando avanços nos campos dos direitos sociais, culturais e humanos.

A escola, como uma importante e histórica instituição, está no centro destes debates. Por ser um espaço de produção, elaboração e reflexão sobre a cultura, a economia, a produção de ciência, pesquisa e tecnologia, bem como instituição central na formação

humana e cidadã, é espaço de disputa e os cotidianos escolares vivem todos estes encontros políticos, sociais e culturais.

Michael Apple (1989) oferece uma análise crucial ao destacar a necessidade de considerar o papel do Estado nas discussões sobre a educação, visto que esta é uma de suas responsabilidades fundamentais. O processo educacional está intrinsecamente ligado ao conceito de hegemonia, conforme formulado por Antônio Gramsci, que sugere que a educação não é apenas um espaço de reprodução das ideologias dominantes, mas também um campo de disputas e contradições. Para Apple (1989), as escolas não devem ser vistas como locais de mera reprodução social, onde professores moldam estudantes segundo a ideologia vigente; em vez disso, são espaços dinâmicos onde múltiplas ideias, valores e interesses competem.

Nesse contexto, a escola emerge como um território estratégico na elaboração e consolidação de hegemonias culturais e políticas. É aqui que grupos dominantes tentam impor suas ideologias, mas também enfrentam resistências, permitindo a circulação de outras perspectivas. Os conservadores religiosos, por exemplo, frequentemente buscam alianças com o neoliberalismo para instrumentalizar a educação como meio de promover valores individualistas, patriarcais e misóginos, reforçando discursos de exclusão, ódio e violência. Essa confluência de interesses visa moldar as instituições educacionais de forma a sustentar uma ordem social que privilegie determinados grupos, desafiando a diversidade e a pluralidade de ideias que a escola deveria assegurar.

Ao conectar essas questões às discussões sobre os direitos humanos, é possível observar como essa disputa pelo controle da educação entra em conflito com os princípios universais de dignidade, igualdade e não discriminação. No entanto, as políticas neoliberais e conservadoras frequentemente desvirtuam esse ideal, usando a educação como ferramenta para reforçar desigualdades e excluir minorias. Assim, a disputa pelo espaço escolar não é apenas uma questão política ou cultural, mas também uma batalha pelos fundamentos éticos e universais que sustentam os direitos humanos em sociedades democráticas.

Relato de Experiência

Fomentar espaços de diálogos nos cotidianos escolares sobre os Direitos Humanos é uma alternativa para discutir os avanços conservadores e antidemocráticos na sociedade. Professoras e professores têm sofrido, nos últimos anos, um intenso e forte ataque dos

conservadores e da direita política no Brasil, que tem atuado como na autoria de projetos como Escola sem partido.

É a ideia de uma conspiração da esquerda internacional para infiltrar as instituições usando como arma a cultura, mais especificamente o discurso. [...] O discurso em defesa de uma escola sem partido parece justamente tentar se constituir utilizando como “exterioridade constitutiva” todo pensamento progressista que se contraponha ao projeto de lei “escola sem partido”, enquadrando-o como parte da “esquerda internacional” que promove um “discurso envenenado”. Este “outro” é constituído como um perigoso inimigo que infiltra instituições e utiliza um discurso que subverte o sentido das palavras, alguém que coloca em risco a existência das “famílias tradicionais”. Não é à toa que o referencial teórico para isso seja o criador da TFP – o mesmo discurso da conspiração comunista utilizado para legitimar o golpe militar em 1964 é reapropriado para mobilizar os mesmos medos do inimigo vermelho. Novamente, assim como na Guerra Fria, esse inimigo põe em risco as crianças (Penna, 2018, p. 576 E 577)

Portanto, buscar brechas e caminhos para discutir os ataques antidemocráticos é uma tarefa árdua, mas extremamente necessária para colaborar com a construção de uma escola mais plural, menos violenta e que dialogue com os alunos e alunas sobre as possibilidades de uma sociedade que respeite as diferenças de gêneros, sexualidades e se empenhe em construir caminhos para justiça social.

Os diálogos e propostas pedagógicas que se inspirem na justiça social e em uma prática e reflexão interseccional podem ter como auxílio documentos e instituições que respaldem as discussões democráticas e plurais nos cotidianos escolares. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ou UNESCO, fundada em 16 de novembro de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança por meio da cooperação internacional, tem como uma de suas principais propostas a promoção da educação em direitos humanos nas escolas, reconhecendo a importância desse tema para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

Essa iniciativa está diretamente alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida. Dentro desse contexto, a UNESCO enfatiza que discutir direitos humanos nas escolas vai além de ensinar conceitos teóricos. Trata-se de criar ambientes escolares onde valores como dignidade, igualdade, respeito à diversidade e justiça social sejam vivenciados cotidianamente.

O objetivo é formar indivíduos capazes de respeitar e combater desigualdades, preconceitos e discriminações, ao mesmo tempo em que colaborem para a construção de comunidades democráticas e solidárias, como preconiza o ODS 16, pela construção e manutenção de uma cultura de paz, que está atrelada ao terceiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Deste modo, garantir estes direitos significa promover uma transformação de uma cultura de violência para uma cultura de paz. E, conseqüentemente, essa transformação precisa permear as discussões e currículos educacionais.

O compromisso com estas discussões nos cotidianos escolares, sem dúvidas, expõe professoras a violências fomentadas por grupos conservadores que buscam cercear tais discussões nas escolas. Portanto, o compromisso com estas discussões não deve ser somente das professoras em sala de aula, mas toda a equipe pedagógica de diretores, coordenadores e orientadores escolares, que devem comprometer-se a defender tais discussões nos cotidianos escolares.

Entendemos que a escola, em suas múltiplas dimensões – éticas, políticas, estéticas e poéticas –, desempenha um papel formador essencial na vida das pessoas. Esse papel é único, devido às relações singulares estabelecidas nesse ambiente, que deixam marcas indeléveis em todos os que o vivenciam. Este trabalho busca narrar as experiências em sala de aula vividas por uma das autoras com crianças do 5º ano do Ensino Fundamental, em um colégio federal localizado em Niterói. A proposta surge a partir da integração dos ‘conhecimentos-significações’ construídos no curso de mestrado do Programa de Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGEDU-UFF) com as vivências escolares, resultando no desenvolvimento do Programa de Fortalecimento da Educação Básica (PROFE).

No âmbito educacional, o cotidiano é concebido como um ‘espaçotempo’ de ação e reflexão, exigindo um comprometimento constante com as demandas do presente – o tempo da urgência, do fazer e da realização. O PROFE tem como objetivo fortalecer a educação básica através de um trabalho colaborativo que envolve estudantes de cursos de pós-graduação da UFF. Esses discentes são incentivados a criar alternativas que conectem suas pesquisas acadêmicas com os desafios e práticas dos cotidianos escolares, promovendo uma educação mais significativa e integrada às realidades vividas por alunos e professores.

Inspirando-se em Michel de Certeau (2013), que defende a inventividade do cotidiano como algo disperso, mas onipresente, compreendemos que as práticas diárias não se

destacam por produtos próprios, mas pelas maneiras criativas de apropriar-se dos elementos impostos por uma ordem econômica dominante. Para nós, pesquisadoras dos estudos com os cotidianos escolares, a relevância está nos processos criativos, nas práticas inventivas que emergem diante dos desafios, imprevistos e trocas humanas. Essas criações cotidianas, vividas pelos ‘praticantespensantes’, evidenciam a riqueza das experiências formadoras que ocorrem no dia a dia das escolas, sendo essas experiências o cerne do fortalecimento da educação básica e da construção de alternativas pedagógicas mais sensíveis e comprometidas com as realidades sociais.

Na relação cotidiana com as crianças, foi percebido, durante diversos momentos em sala de aula, que as crianças apresentavam resistência ao lidar com amigos que apresentavam divergência em seus posicionamentos, principalmente em assuntos religiosos. Um episódio que chamou atenção foi uma briga de futebol, durante o recreio, que gerou uma conflituosa discussão em sala de aula, necessitando da mediação das professoras para resolução.

No contexto da briga, que segundo relato das próprias crianças, originou-se por um gol contra, de um dos integrantes do time, onde um aluno agrediu o outro fisicamente com um soco no braço, evidenciando sua chateação pelo gol contra. Ao chegar em sala, todos estavam aflitos, falantes, tentando mostrar ao amigo que realizou a agressão que isso não era a maneira correta de agir. Um dos alunos envolvidos disse: “Você não pode bater. Nem matar. Isso é pecado e Deus vai te levar para o inferno” (Gean, 10 anos).

A discussão na sala ganhou novos rumos. Uns se posicionaram a favor da fala do amigo que trouxe sua concepção religiosa e privada de mundo para uma resolução coletiva, enquanto outros amigos argumentavam: “Deus não leva ninguém pro inferno. Só leva quem acredita nele. Se ele não acreditar, pode bater em quem quiser que não vai pro inferno” (Bernardo, 10 anos).

Em meio a discussão, foi solicitado licença para falar e professora começou a acalmar as crianças, dizendo que para resolver o corrido precisavam ouvir uns aos outros, com calma e respeito. Todas as partes foram ouvidas, todas as concepções e visões de mundo, acolhidas e respeitadas. Cada criança pode manifestar sua opinião e o amigo que foi agredido, junto ao amigo que o agrediu, tiveram suas diferenças resolvidas.

O trabalho no dia a dia partiu de uma análise das necessidades que as crianças demandavam. Um olhar atento às relações e ao cotidiano, sem descuidar do compromisso pedagógico, é capaz de nos fazer perceber as defasagens, os avanços, os acertos e os erros.

O cotidiano escolar é o lugar onde se concretizam as políticas públicas de educação, e é nele que se revelam as contradições e as potencialidades da prática educativa (Alves, 2008)

Portanto, não podíamos deixar de aproveitar as brechas e a inventividade do cotidiano para trazer à tona assuntos que emergem nesses momentos de conflitos. O planejamento da aula, que não pode ser rígido, foi alterado. As crianças foram convidadas a sentar em roda, no fundo da sala e ouvir uma história. O livro usado foi “Nascemos livres. A declaração universal dos direitos humanos em imagens”, uma adaptação de Bartolomeu Campos de Queiros, e a partir dessa leitura, novas discussões foram fomentadas.

Ninguém pode machucar, nem torturar, outra pessoa. Porque essa declaração diz que isso acaba com a liberdade e deixa os amigos tristes. Então mesmo que a gente tenha raiva, igual a gente fica quando alguém faz gol contra, não podemos nunca bater, nem dar soco (Rafael, 11 anos).

Outra aluna se manifestou: “E se alguém der um soco em outra pessoa a justificativa para não bater não é no que você acredita. Porque eu posso não acreditar em deus ou em iemanjá, e mesmo assim eu continuo sem poder bater em ninguém” (Milena, 11 anos).

Foi compartilhado com as crianças que não só a declaração universal dos direitos humanos defende a pluralidade e respeito as diferentes crenças, mas a própria constituição brasileira afirma que somos um país laico, portanto, independente de termos alguma religião ou não, devemos respeitar o outro de acordo com as leis que regem nosso país e combinados que formulam as normas dos espaços escolares onde estamos inseridos. “Já que o Brasil é um país laico eu posso ir no centro igual ele pode ir na igreja. Mas se a gente também não for em nada de religião tá tudo bem. Porque a gente é livre pra ter uma fé ou não ter” (Gabriel, 10 anos).

Uma menina também se manifestou sobre o assunto:

E não pode ser o que eu acredito que vai fazer eu cumprir os combinados aqui do COLUNI. Porque o COLUNI não segue as regras de uma religião. Como aqui é uma escola pública a gente segue as regras desse documento do país e dessa declaração que ensina a gente a respeitar a outra pessoa mesmo se ela acredita em alguma coisa diferente de mim (Manuela, 11 anos).

A partir de tais reflexões das/os estudantes foi possível perceber a importância de se debater laicidade e direitos humanos na escola. Um trabalho direcionado para o tema como

forma de amenizar conflitos, de criar um espírito de solidariedade e empatia entre os estudantes.

Considerações finais

A nossa intenção foi abordar a importância da laicidade e dos direitos humanos como princípios norteadores para a promoção da pluralidade e da democracia nas escolas, destacando sua relevância no enfrentamento de práticas discriminatórias e conservadoras. A expansão do conservadorismo religioso, associada aos ataques aos direitos humanos e à educação inclusiva, é contextualizada com base em estudos recentes. Esses movimentos dificultam a discussão sobre diversidade de gênero, sexualidade e raça, reforçando exclusões e desafiando os fundamentos de um Estado Democrático de Direito.

A laicidade, embora não implique neutralidade, garante o respeito a todos os que acreditam, permitindo que o espaço escolar promova um ambiente inclusivo. No entanto, práticas escolares impregnadas de valores religiosos predominantemente violam esse princípio, enfraquecendo a diversidade.

O neoliberalismo e o conservadorismo, conforme pesquisados por Wendy Brown, são identificados como forças que ameaçam os direitos humanos, desmantelando políticas públicas e promovendo desigualdades. A escola, como espaço de disputa ideológica, enfrenta desafios impostos por projetos conservadores, como a "Escola sem Partido", que busca silenciar debates progressistas.

Dessa forma, destacamos, a partir de um relato de experiência, a importância de trabalhos feitos na escola sobre as temáticas da laicidade e dos direitos humanos como forma de garantir um debate qualificado na formação de estudantes críticos e que estejam dispostos a defender a democracia.

Referências

ALVES, Nilda. **Cotidiano escolar e a pesquisa nos/dos/com os cotidianos:** buscando uma metodologia. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BROW Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo:** A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. Nova York: Columbia University Press, 2019.

BRITO JUNIOR, Antonio Hugo Moreira de. Conservadorismo religioso e racionalidade neoliberal nas discussões sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (2014-2024) / 196f. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense - Programa de pós-graduação em Educação, 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma: **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino religioso nas escolas públicas: a propósito de um seminário internacional”, **Educação & Sociedade** (Campinas), n. 97, setembro/dezembro, p. 1235-1256, 2006.

CURY, Carlos R. J. Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 27, p. 183-191, 2004.

FISCHMANN, Roseli. Ciência, tolerância e Estado laico. **Ciência e Cultura**, v. 60, p. 42-50, 2008.

HENRIQUES, Adrian Evelyn Lima. “Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira” 235f. Tese de Doutorado. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2021.

PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, 2018. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SILVA, Allan do Carmo Coalizão conservadora religiosa em políticas educacionais: desafios a uma educação plural e laica. 248f. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2023.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem fronteiras**, v. 19, p. 868-392, 2019.

Sobre os autores

José Antonio Miranda Sepulveda

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Professor Associado II da Universidade Federal Fluminense. Tem Pós-Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995). Possui Licenciatura e Bacharelado em História (1991). Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, história, política e políticas educacionais. É coordenador do Observatório da Laicidade na Educação OLÉ/UFF. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa: Os Impactos do Conservadorismo e Educação Brasileira -

GEPCEB da UFF. É sub-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos - GESDI da UERJ/FFP. Orcid: 000-003-4460-7704 Email: josesepulveda@id.uff.br

Juliana Padilha de Oliveira

Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2025). Pós-graduada em Gestão Escolar Integrada com ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Famart (2023) e em Alfabetização e Letramento pela Famart (2022). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2019). Professora da Educação Básica, com experiência nas redes pública e privada. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em estudos sobre laicidade, democracia e direitos humanos no contexto escolar. Atua principalmente nos seguintes temas: laicidade do Estado, conservadorismos religiosos, neoliberalismo, justiça social e os impactos dessas forças nos cotidianos escolares. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Impactos dos Conservadorismos na Educação Brasileira (GEPCEB/UFF), o Grupo de Pesquisa e Estudos de Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI/UERJ-FFP) e o Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ/UFF) Orcid: 0009-0006-5879-7384 Email: jupadilha@id.uff.br

Recebido em: 02/06/2025

Aceito para publicação em: 19/06/2025